



Não vou mudar Lei das Estatais, diz Eunício Oliveira

Deputados inseriram em projeto que trata de agências reguladoras dispositivo que revoga proibição de indicação política para cargos em empresas estatais, incluindo parentes até o terceiro grau

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que não aprovará texto que enfraqueça a Lei de Responsabilidade das Estatais. A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira substitutivo a projeto de autoria do senador e incluiu no texto permissão para indicação política para empresas estatais. Atualmente, a prática é proibida.

— Não vou permitir emendas que desvirtuem o projeto — disse Eunício. **3**



Eunício disse também que está negociando acordo para votar a cessão onerosa



Gerardo Magela/Agência Senado

Diretora da faculdade, Primavera Borelli ouve Marta elogiar Lineu Prestes

Sessão especial homenageia Faculdade de Farmácia da USP

O Senado homenageou ontem, em sessão especial, os 120 anos da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP e o ex-reitor da universidade Lineu Prestes, que também foi senador.

Autora do requerimento para a sessão, Marta Suplicy lembrou a criação de projetos de lei de Prestes que foram essenciais

para o ensino e o ofício de farmacêutico no Brasil.

A faculdade é reconhecida por sua excelência. Foi fundamental para a implantação dos medicamentos genéricos no Brasil e é detentora da patente que garante mais royalties para a universidade, a do medicamento Vonau Flash, usado para náuseas e vômitos. **2**

Organograma da Justiça Militar pode ter alterações

Proposta que provoca mudanças no organograma da Justiça Militar está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto, do Superior Tribunal Militar, poderia ter sido votado na quarta-feira, mas pedido de vista coletiva por membros do colegiado adiou a análise. As mudanças incluem novos critérios de remuneração e em aspectos previdenciários dos servidores. **3**

Projeto cria varas judiciais exclusivas para pessoas idosas

A Comissão de Constituição e Justiça analisa projeto que obriga o poder público a criar varas judiciais especializadas para atendimento de pessoas acima de 60 anos. Da senadora Rose de Freitas, a proposta altera o Estatuto do Idoso para determinar a abertura das alçadas especiais. Rose destaca que, em 15 anos de vigência do estatuto, apenas uma vara exclusiva foi criada. **2**

Novas medidas de proteção à mulher vão à sanção

O Congresso Nacional enviou à sanção presidencial três projetos que ampliam medidas de proteção à mulher. Os textos foram aprovados pela Câmara na quarta-feira como parte da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da

Violência contra as Mulheres. Durante a semana, senadoras e senadores se manifestaram sobre relatório das Nações Unidas segundo o qual 137 mulheres são mortas todos os dias no mundo por companheiros ou familiares. **4**



Luís Mercader/CD - 28/11/2018

No projeto Pauta Feminina, parlamentares e especialistas discutem os problemas das mulheres presidiárias

Diligência vai verificar prisão de Lula em Curitiba **3**

Comenda Câmara Cascudo já tem vencedores **2**



Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 16 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional

Mais informações: cn.leg.br/visite



Faculdade de Farmácia da USP recebe homenagem

Sessão do Senado comemorou ontem os 120 anos de fundação da FCF e celebrou o ex-reitor da universidade Lineu Prestes. Autora do requerimento, Marta Suplicy também foi agraciada

SESSÃO ESPECIAL SOLICITADA por Marta Suplicy (MDB-SP) homenageou ontem a Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) da USP e o professor Lineu Prestes, ex-reitor da universidade, que também foi senador.

— Sua atuação no Senado foi de enorme importância para a profissão farmacêutica. Até hoje a gente pode sentir os reflexos na criação de três projetos de lei que viriam a ser essenciais para o ensino e o exercício do ofício no Brasil: a reforma do ensino farmacêutico, a autonomia das faculdades de farmácia e a obrigatoriedade de presença dos farmacêuticos na farmácia. São todos projetos do doutor Lineu — destacou Marta, que também foi home-

nageada pela faculdade com um diploma.

O senador Guaracy Silveira (DC-TO) registrou a importância da USP, pelo acolhimento aos brasileiros e estrangeiros de todos os lugares.

De acordo com a diretora da FCF, Primavera Borelli, a faculdade comemora 120 anos de fundação sob o nome de Escola Livre de Farmácia de São Paulo, mas com origens que remontam aos anos 1800, quando começou uma trajetória reconhecida por sua contribuição no ensino de ciência, saúde, tecnologia e inovação.

A instituição foi fundamental na implantação dos medicamentos genéricos no Brasil. É a terceira unidade

em número de patentes na USP e a detentora da patente que rende mais royalties para a universidade, a do professor Humberto Ferraz que deu origem ao medicamento Vonau Flash, usado para prevenir e tratar náuseas e vômitos.

Primavera ressaltou a importância do investimento estatal para a ciência e a pesquisa e para o desenvolvimento econômico e social.

— Em educação e ciência deve haver uma política de Estado de aplicação e continuidade de recursos financeiros. Interrupções no financiamento ocasionam a descontinuidade de projetos e da formação de recursos humanos qualificados, levando à perda de anos ou décadas de trabalho, solapando o desenvolvimento e a soberania do país.

Lineu Prestes

Formado pela então Faculdade de Farmácia e Odontologia, Lineu Prestes tornou-se professor de química toxicológica e biologia, diretor da FCF e reitor da USP.

Foi prefeito de São Paulo entre 1950 e 1951 e assumiu o mandato de senador em 1957, após a morte do titular, César Lacerda de Vergueiro. Seu mandato foi marcado pela atuação com ênfase em política de saúde pública e em questões relacionadas à profissão farmacêutica. Morreu em 1958, aos 60 anos.



Homenageada pela USP, Marta recebe o diploma de Primavera Borelli

Varas judiciais para idosos podem ser criadas

Projeto de lei da senadora Rose de Freitas (Pode-ES) obriga o poder público a criar varas judiciais especializadas e exclusivas para o atendimento de pessoas com mais de 60 anos.

O PLS 448/2018 altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 2003), que apenas prevê, sem determinar, a abertura das

alçadas especiais. A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Rose destaca que, em 15 anos de vigência do Estatuto do Idoso, apenas uma vara exclusiva foi criada.

“Essa deficiência da atuação estatal ocorre porque a atual redação do estatuto não se reveste da imperatividade neces-

sária para viabilizar a instalação das varas especializadas. Essas unidades judiciárias, quando instaladas em todo o território nacional, poderão oferecer uma prestação jurisdicional mais qualificada e célere para pessoas que já ofereceram sua contribuição para nosso país e que não têm mais tempo a perder”, justifica a senadora.

Definido quem receberá Comenda Câmara Cascudo

O Senado vai homenagear uma instituição e quatro personalidades com a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo, pela contribuição relevante para o registro e o fortalecimento da cultura, do folclore e dos saberes tradicionais. A entrega está prevista para 10 de dezembro.

A escolha foi feita por um conselho composto por um representante de cada um dos partidos no Senado e presidido por Fátima Bezerra (PT-RN), idealizadora.

Os agraciados são o cordelista Antonio Francisco Teixeira de Melo, reconhecido pela musicalidade de seus poemas; o instrumentista Nelson da Rebeca, que era cortador de cana até os 54 anos, quando viu pela primeira vez um violino pela televisão, apaixonou-se e decidiu fazer o próprio e mais de 6 mil instrumentos no fundo de sua casa; o roteirista Nilson Rodrigues, que venceu o Festival de Gramado na categoria de melhor filme; o ator Pedro Baião, que tem síndrome de Down; e a Câmara Brasileira do Livro, fundada em 1946, que congrega editores, distribuidores, livreiros e vendedores porta a porta.

O conselho também decidiu homenagear Défilio Gurgel, falecido em 2012

aos 84 anos, folclorista que dedicou grande parte da sua vida a preservar e tornar conhecidas as tradições culturais potigües; João Carlos D’Ávila Paixão Côrtes, radialista e pesquisador, considerado referência na promoção e na preservação dos costumes gaúchos; e Romualdo Rosário da Costa, o Moa do Katendê, capoeirista assassinado após uma discussão durante o primeiro turno das eleições de 2018.

Biografia

Historiador, antropólogo, advogado e jornalista, Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) viveu em Natal, dedicou-se ao estudo da cultura e deixou extensa obra, entre as quais o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, de 1952.

Fátima destacou a obra do potiguar e sua contribuição para a cultura brasileira.

— Câmara Cascudo foi o principal responsável por tornar conhecidas figuras fantásticas do folclore brasileiro. A matéria-prima principal era o povo brasileiro. Daí aquela frase célebre dele: “O melhor produto do Brasil ainda é o brasileiro”. Cascudo estudava o homem a partir de sua história, das diferentes origens, dos romances, das poesias e do folclore — afirma a senadora.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado**: 0800 612211

• **Acompanhe**: Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV**: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Eunício diz que não desvirtuará Lei das Estatais

A Câmara aprovou nesta semana substitutivo sobre agências reguladoras que permite a indicação política para empresas estatais, incluindo de parentes até o terceiro grau

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem, em entrevista, que a Casa não aprovará nenhum texto que enfraqueça a Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei 13.303, de 2016).

O PLS 52/2013 tem autoria do próprio Eunício e foi aprovado nesta semana pela Câmara dos Deputados, mas na forma de substitutivo apresentado pelo relator, deputado Danilo Forte (PSDB-CE). Foi incluído no texto destaque aprovado em comissão mista que volta a permitir a indicação de parentes até o terceiro grau de autoridades para o conselho de administração e a diretoria de empresas estatais. A proibição consta atualmente na Lei de Responsabilidade das Estatais. Eunício afirmou não concordar com a mudança.

— Vou receber esse projeto e mandar analisar. Se ele tiver qualquer tipo de desvirtuamento, ele será corrigido aqui ou não será votado. Não vou permitir emendas que desvirtuem o projeto de maneira equivocada, principalmente sendo um projeto de minha autoria. Não serei eu a aceitar modificações bruscas na Lei das Estatais — disse.

O presidente do Senado lembrou que tanto a Lei das Estatais (oriunda do PLS 555/2015) quanto o projeto das agências reguladoras foram iniciativas de senadores com objetivos moraliza-



Marcos Brandão/Agência Senado - Federal

Eunício Oliveira também disse que ainda busca acordo sobre a cessão onerosa da Petrobras

dores, de disciplina e transparência, e afirmou não ser aconselhável qualquer tipo de retrocesso.

— Ninguém combinou comigo nenhum tipo de modificação, nenhum tipo de emenda. Soube ontem que o projeto das agências tinha sido enxertado com matéria estranha ao projeto. Se alguém colocou emenda inadequada, tem dois caminhos para o Senado: ou retiramos todas as emendas que desvirtuam o projeto e o votamos, ou então eu, que sou autor, não terei condições de pautar um projeto diferente do que foi pensado pelo legislador, no caso

eu, que é disciplinar, organizar e dar transparência moral para as agências, assim como fizemos em relação às estatais — acrescentou Eunício.

Aprovado pelo Senado em 2016, o PLS 52/2013 uniformiza detalhes do funcionamento das agências reguladoras, como número de membros e mandato, criando ainda um mecanismo para aferir as consequências de possíveis decisões. A proposta foi batizada de Lei Geral das Agências Reguladoras.

A polêmica vem ocorrendo pela mudança feita pelos deputados com

o objetivo de permitir a indicação de parentes até o terceiro grau de autoridades para o conselho de administração e a diretoria de empresas estatais com receita operacional bruta maior que R\$ 90 milhões. Se esse dispositivo de revogação virar lei, parentes de ministros, de dirigentes partidários ou de legisladores poderão participar do controle dessas empresas, assim como outras pessoas que tenham atuado na estrutura decisória de partido político ou em campanha eleitoral nos últimos 36 meses anteriores à nomeação.

O presidente do Senado aproveitou para reafirmar que ainda está negociando um acordo em relação ao projeto que autoriza a Petrobras a transferir a empresas privadas até 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos (SP). Para ele, a saída será encontrar uma maneira desses futuros recursos beneficiarem também estados, Distrito Federal e municípios, mas sem prejudicar a União e o novo governo federal que assume no próximo ano.

— Estamos buscando um caminho adequado para ajudar o novo governo brasileiro a cumprir suas metas, precisamos ter cuidado com a economia do Brasil. Mas o petróleo não pertence a um ou outro estado, pertence ao país.

Proposta promove mudanças na estrutura da Justiça Militar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa uma proposta com mudanças significativas na organização da Justiça Militar da União. O PLC 123/2018 esteve na pauta da última reunião deliberativa do colegiado, mas um pedido de vista coletiva adiou a votação do texto.

Eduardo Braga (MDB-AM) afirmou que o projeto acarreta mudanças significativas, até mesmo no critério de remuneração e em aspectos previdenciários dos servidores, o que requer uma análise mais detalhada da proposta.

— Trata-se aqui de questões relativas a mudanças no aspecto da Previdência dos funcionários. Portanto, até por prudência, lido o relatório, temos que pedir vista a fim de avaliarmos os detalhes diante dos impactos que pode haver na questão fiscal.

José Pimentel (PT-CE) também endossou o pedido para ter mais tempo, diante da complexidade do assunto.

— A estrutura previdenciária das três Forças [Exército, Marinha e Aeronáutica] é própria e diferenciada, como é no resto de mundo, e precisa ser assim. No entanto, para os servidores da Justiça Militar, são as mesmas regras das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho. No projeto, parece estar se criando uma previdência especial, fazendo a desvinculação.

Crimes militares

Especializada no julgamento de crimes militares, a Justiça Militar da União é um dos ramos do Poder Judiciário e está dividida em 12 circunscrições judiciárias militares (CJM's).

Na primeira instância, os julgamentos são realizados pelos conselhos de justiça, formados por quatro oficiais e pelo juiz-auditor. Os recursos das decisões de primeira instância são remetidos diretamente para o Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília.

O projeto é de autoria do STM e

começou a tramitar na Câmara dos Deputados. No Senado, o relator é Dário Berger (MDB-SC), que apresentou voto pela aprovação sem mudanças no texto.

De acordo com a proposta, o juiz-auditor passará a ser o juiz federal da Justiça Militar. A esse juiz de carreira caberá a competência para o julgamento de civis que praticam crimes militares definidos em lei.

Hoje crimes militares praticados por civis ou pelos próprios militares são julgados, na primeira instância, pelos conselhos de justiça, que são órgãos colegiados.

Também caberá ao juiz federal da Justiça Militar o julgamento de habeas corpus e habeas data impetrados contra atos de autoridades militares em assuntos criminais. Atualmente essas garantias constitucionais são julgadas diretamente pelo STM. A intenção é criar um duplo grau de jurisdição na Justiça Militar.

Comissão aprova nova diligência para verificar condições de prisão de Lula em Curitiba

A Comissão de Direitos Humanos aprovou na quarta-feira requerimento para realização de diligência à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba com o objetivo de verificar as condições de prisão do ex-presidente Lula. O requerimento é de Paulo Rocha (PT-PA).

A diligência verificará o estado do ex-presidente, que está preso desde 7 de abril. Ele foi condenado em duas instâncias da Justiça por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex em Guarujá (SP). A pena definida pelo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região foi de 12 anos e 1 mês de prisão.

Poderão participar da diligência os integrantes da CDH. A diligência anterior, em abril, reuniu 11 senadores.

Randolfe Rodrigues critica desistência de sediar COP-25

Ao abrir mão da Conferência do Clima (COP-25) em 2019, o Brasil renuncia à condição de líder no tema meio ambiente, afirmou Randolfe Rodrigues (Rede-AP).



Gerardo Magela/Agência Senado

O senador lembrou que, desde 1992, quando sediou a primeira conferência climática no âmbito da ONU, a Eco-92, o país destaca-se na liderança do bloco das nações em desenvolvimento.

— Não sediar a Conferência do Clima significa renunciar ao papel de líder.

Para José Medeiros, Brasil não pode receber evento

José Medeiros (Pode-MT) afirmou que o futuro governo, de Jair Bolsonaro, deu um “freio de arrumação” ao anunciar — desde já — a retirada da candidatura do Brasil para sediar a COP-25.



Gerardo Magela/Agência Senado

— O país que mais protege encostas, matas ciliares e é o mais enxovalhado. Tem gente bem intencionada, mas tem gente usando como instrumento para fazer barreira comercial. Por quê? Porque é difícil enfrentar esse gigante.

Governo deve fornecer canabidiol, defende Amorim

Em discurso ontem, Eduardo Amorim (PSDB-SE) se posicionou contra o projeto que descriminaliza o plantio e o uso da maconha para uso medicinal, aprovado na quarta-feira na Comissão de Assuntos Sociais. Ele defendeu que o governo garanta o abastecimento do remédio. O senador disse que há pesquisas no país para a produção mais barata do medicamento e para a elaboração do canabidiol sintético.



Gerardo Magela/Agência Senado

Paulo Paim reforça valor da democracia para a sociedade

Paulo Paim (PT-RS) admitiu estar “um pouco preocupado” sobre se o país continuará numa trajetória de avanços estruturais e institucionais relacionada ao aprofundamento da democracia.



Gerardo Magela/Agência Senado

— Só podemos chamar de democráticos o regime entre 1946 e 1964 e o que nasceu com a Constituição de 1988. Isso é só um começo em 518 anos. A liberdade só é possível numa democracia, o que favorece a prosperidade.

Vão à sanção textos sobre proteção à mulher

Três projetos foram aprovados pela Câmara na quarta-feira. Uma das propostas, da senadora Simone Tebet, garante à presidiária gestante o direito de cumprir a pena em casa

SEGUEM PARA SANÇÃO três textos que ampliam as medidas de proteção à mulher aprovados pela Câmara dos Deputados na quarta-feira. A pauta faz parte da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, um evento mundial pelo fim da violência de gênero. As atividades começaram no domingo e vão até 10 de dezembro, quando é comemorado o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Um dos projetos é o que garante à presidiária gestante o direito de cumprir a pena em regime domiciliar (PLS 64/2018). Da senadora Simone Tebet (MDB-MS), a medida também beneficia a presa que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência. O benefício, porém, só alcança a condenada que não tiver cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa.

— Resolvi apresentar este projeto depois que tomei

conhecimento das condições em que vivem e morrem as mulheres encarceradas e seus filhos. O vir à luz é sair do ventre materno acolhedor para o mundo da escuridão, das celas imundas, frias e inóspitas. A certidão de nascimento é uma sentença — disse Simone, quando a proposta foi aprova-

da no Senado, em maio.

Outra proposta aprovada é a que aumenta a pena para o feminicídio (PLC 8/2016). O Código Penal prevê reclusão de 12 a 30 anos para o homicídio contra a mulher em razão do seu gênero (feminicídio). Do deputado Lincoln Portela (PR-MG), o texto aumenta a

pena de um terço à metade, se o crime for cometido em descumprimento de medida protetiva prevista na Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006).

Também aguarda a palavra final do presidente da República, Michel Temer, o projeto que cria o tipo penal de registro não autorizado da inti-

midade sexual, com pena de detenção de 6 meses a 1 ano, além de multa. Do deputado João Arruda (MDB-PR), o PLC 18/2017 também estabelece que comete o mesmo crime quem realiza montagem para incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual.

Recuperação

Ainda na quarta-feira, a Câmara aprovou o projeto que inclui, entre as medidas de proteção à mulher vítima de agressão, o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação (PLS 9/2016). Como foi alterado pelos deputados, o texto será enviado para nova análise no Senado.

De acordo com o projeto, o juiz poderá determinar ainda o acompanhamento psicossocial do agressor por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio. A proposta é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).



Gláucio Delfino e Luiz Siqueira/Agência CUI

Presidiária gestante, mãe ou responsável por criança ou pessoa com deficiência poderá cumprir pena em casa

Violência de gênero é mundial, afirmam senadoras

Na semana em que se iniciou a campanha mundial dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, senadoras e senadores comentaram o novo relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc), que mostra que todos os dias 137 mulheres são mortas no mundo pelas pessoas mais próximas: companheiros e membros da família.

— O que vem nos dar o documento da ONU? A constatação de que a violência contra as mulheres, e destacadamente a violência doméstica contra as mulheres, não é um “mimimi”, mas um fenômeno mundial que desperta a atenção do Estado para a elaboração de leis e políticas públicas capazes de dar conta de uma violência evitável, localizada e plenamente combatível — disse a procuradora especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O relatório *Estudo Global de Homicídios: feminicídio de mulheres e meninas* foi divulgado no domingo, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher. Segundo o relatório, o feminicídio, homicídio de mulheres relacionado ao gênero, continua a ser um grave problema em todo o mundo. Apesar de haver mais homens assassinados, os homicídios são praticados por desconhecidos, diferentemente do que ocorre com as mulheres.

O texto aponta que os homicídios de mulheres dentro da família estão ligados ao papel e status da mulher.

— É muito recente a nossa presença na vida pública. Sempre fomos consideradas da esfera doméstica e, por isso, éramos submetidas a todos os tipos de violência, principalmente àquela que tinha a posse como referência. Você tem posse de objeto com o qual você faz o que quer. Portanto, estamos lutando contra uma

cultura patriarcal, arraigada, entranhada na sociedade — disse Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Apesar dos números negativos, o relatório da Unodc traz iniciativas adotadas em várias partes do mundo e uma lista de países que implementaram leis específicas para definir e criminalizar o feminicídio. No Brasil, foram aprovadas a Lei Maria da Penha, em 2006, e a Lei do Feminicídio, em 2015.

— Esse relatório é uma tristeza porque a gente pensa que avançou tanto e está tudo estagnado. Só não podemos perder a coragem — disse a senadora Regina Sousa (PT-PI).

Programação

Câmara e Senado organizaram uma programação conjunta para marcar a campanha. A mobilização inclui sessões solenes, workshops e debates sobre violência contra a mulher e assuntos relacionados.

— A violência contra a mulher é um problema gravíssimo, uma questão que preocupa e constrange a todos nós que temos responsabilidade com a coisa pública — disse Valdir Raupp (MDB-RO).

Para Regina Sousa, o debate não pode incluir somente as mulheres. É preciso conscientizar os homens e incluí-los na mobilização para mudar uma concepção construída ao longo de séculos. A discussão nas escolas também é essencial na visão da senadora.

Debate aponta dificuldades enfrentadas por presidiárias

A presença de crianças no sistema prisional foi o ponto mais debatido ontem entre as palestrantes da Pauta Feminina sobre o encarceramento de mulheres. A reunião é parte da programação da Câmara e do Senado para os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

A deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ) presidiu o início do encontro e relatou suas visitas ao sistema prisional.

— Vi que a maioria das encarceradas são jovens e negras. No primeiro ano de minha legislatura, fiz um projeto de lei para construir creches e berçários nos presídios femininos — destacou.

Perfil

Coordenadora de Políticas para Mulheres e Promoção das Diversidades do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Susana Almeida apresentou dados nacionais sobre a taxa de aprisionamento de mulheres.

— O Brasil é o quarto país que mais prende mulheres, 64% dos presos são negros e a maioria é muito jovem e 36.765 pessoas do sistema prisional estão em delegacias. Na delegacia, as pessoas não têm acesso a direitos básicos, como educação e banho de sol. E ter mulheres tão jovens aprisionadas é

muito impactante social e economicamente.

No Brasil, há poucos presídios femininos, apontaram as palestrantes. O que existe em geral são presídios masculinos com adaptação para receber mulheres, disse a coordenadora do Projeto de Pesquisa Ouvindo as Ouvidorias do Sistema Prisional, professora Elen Geraldine.

— O tratamento dado à mulher presa é masculino. No sistema, elas se transformam em “presos que menstruam”. Por isso a importância de ter unidades específicas — disse.

A reinserção das mulheres no mercado de trabalho também foi debatida no encontro. O Projeto Mulheres Livres, do Depen, procura incluí-las com apoio de empresas parceiras. Já o Pronatec Prisional vem sendo implementado na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (Colmeia) desde 2016.

A gerente do Programa Pronatec Prisional, Flávia Rabelo, explicou que objetivo do programa é oferecer capacitação às presas para que elas consigam reinserção no mercado de trabalho.

— Quando nossa equipe chega ao presídio, mudamos a rotina do lugar. Nosso primeiro desafio é convencer os servidores de que o trabalho vale a pena.



Waldemir Barreto, Jefferson Ruyh e Moineira Maniz/Agência Senado

Vanessa, Gleisi e Regina debatem o combate à violência contra a mulher